

O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil.

Alexandre Ratsuo Uehara

Presidente da Associação Brasileira de Estudos Japoneses

Professor nas Faculdades Integradas Rio Branco e Universidade São Marcos

Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da Universidade de São Paulo

Resumo

O trabalho buscar trazer uma avaliação do ambiente econômico brasileiro sobre os fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE) japoneses ao Brasil, com o objetivo de encontrar as razões para o crescimento do volume de IDE japonês ao país na década de 1970 e perspectivas para o século XXI. Para isso, o texto aborda, em linhas gerais, o contexto do milagre econômico brasileiro e os interesses dos investimentos japoneses nesse período, procurando encontrar correlações entre ambos.

Palavras-chave

Relações Brasil-Japão, investimento direto estrangeiro, relações econômicas

Economic growth and the Japanese direct investments to Brazil.

Abstract

This article analyses the Brazilian economic environment influence on the Japanese companies decisions to invest in Brazil. This paper lists some reasons for the increase of Japanese foreign direct investment outflows to Brazil in the 1970 decade, trying to find out if there are relations between Brazilian economic miracle and Japanese FDI interests in those years. In the end, will be present some considerations on Brazil-Japan relations perspectives for Century XXI.

Keywords

Brazil-Japan relations, foreign direct investment, economic relations

O crescimento econômico e os investimentos diretos japoneses no Brasil.

Alexandre Ratsuo Uehara

Este trabalho traz uma visão panorâmica da relação existente entre as políticas econômicas e os fluxos de investimentos diretos estrangeiros (IDE) japoneses ao Brasil. O objetivo é discutir se as razões para o crescimento do volume de IDE japonês ao país na década de 1970 estão relacionadas às políticas de busca de crescimento econômico, implementadas pelo governo brasileiro à época do milagre econômico. Para isso, o texto descreve, em linhas gerais, o contexto brasileiro e os interesses japoneses daquele período, procurando encontrar as correlações entre as políticas brasileiras e os fluxos de capitais japoneses.

Serão apresentados também alguns fatores que influenciaram o perfil dos IDE japonês a partir da década de 1980 e, na última seção, buscar-se-á apresentar as lições desse período para uma revitalização dos fluxos de IDE japoneses ao Brasil e perspectivas para o relacionamento no século XXI.

1. Economia brasileira e o IDE japonês

Ao longo da história das relações nipo-brasileiras o Brasil já foi um pólo de atração do investimento direto (IDE) japonês. Esses investimentos iniciaram-se no Brasil na década de 1950, mas até o final dos anos 1960 a sua importância ainda era pequena. "Entre 1957 e 1962, aconteceu o primeiro boom da entrada de empresas nipônicas no Brasil no pós-guerra. Começou com a Indústria de Pesca Taiyo, com sede em Santos, seguida da joint-venture Usiminas, Ishikawajima, Howa, Toyobo, Kanebo, Kurabo, Canetas Pilot, Ajinomoto, Nippon Reizo, Yanmar Diesel, Kubota Tekko e outras indústrias e empresas do setor comercial e financeiro." (NAKASUMI e YAMASHIRO, 1992, p.431).

O crescimento significativo do fluxo de investimentos no Brasil se dá a partir de 1967, quando o Japão começa a obter superávits na sua balança de transações correntes, possibilitando a realização de empreendimentos no exterior. A década de 1970 foi um

período de grande atração IDE do Japão ao país, que ocorreu simultaneamente com o significativo desempenho positivo da economia brasileira. O crescimento econômico brasileiro resultou de medidas que abriram créditos e reaqueceram a economia no governo Costa e Silva. Segundo o professor Paul SINGER (1972, p.62), "o *boom* iniciado em 1968 teve por causa básica uma política liberal de crédito que encontrou uma economia, após vários anos de recessões, com baixa utilização de capacidade produtiva, taxas relativamente altas de desemprego e custo reduzido de mão-de-obra de pouca qualificação".

Nos anos 1980 houve uma redução IDE japonês para o Brasil e um aumento para os países desenvolvidos, tendo como os principais receptores desse capital os EUA (43%), Europa (18,5%) e Ásia e Oceania (19,6%) (SILVA, 2006, p.8). E na década de 1990 o Japão sofre também uma redução da sua participação relativa no total de IDE no país. "Até 1985 o Japão havia contabilizado US\$ 2,3 bilhões em IDE no Brasil, uma participação relativa de 9,2% no total recebido pelo país, sendo o terceiro maior investidor com 75% dos seus investimentos na indústria de transformação brasileira. Em 1995 o estoque de IDE japonês no Brasil era de US\$ 2,6 bilhões, caindo para a posição de quinto maior investidor no país" (SILVA, 2006, p.16).

A partir desse resumo pode-se dividir o histórico do IDE japonês ao Brasil em quatro fases, que cobrem os seguintes períodos segundo Eduardo Tonooka (1998): primeira fase de 1950 a 1963; segunda fase de 1964 a 1979 e a terceira fase de 1980 a 1994. A essas, naturalmente, acrescenta-se a quarta, que segue de 1995 aos dias atuais.

1.1. O Milagre Brasileiro e as duas primeiras fases

No primeiro período (1950-1963), nota-se que o IDE japonês ao Brasil foi realizado porque o país era um importante mercado para as empresas japonesas, principalmente, para as do setor têxtil e a política de proteção aos produtos nacionais aplicada pelo governo brasileiro teria feito com que elas buscassem realizar a produção no Brasil. Em 1954, o Brasil representava cerca de 4,8% do total das exportações japonesas e 3,1% das importações (HORISAKA, 1997, p.63)

No entanto, apesar do interesse, as condições financeiras das empresas não eram tão robustas e, por isso, assinala TONOOKA (1998, p.146), a introdução da Instrução 113 da SUMOC de em 1955, “que permitia a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial para a integralização do capital de empresas a serem constituídas no país, representou o estímulo que faltava para o primeiro ciclo de investimentos privados japoneses ao Brasil. No setor têxtil, as empresas puderam transferir parte de seu excesso de capacidade de produção de fibras naturais do Japão para o Brasil, passando a atuar, em seu país de origem, em segmentos com maior potencial de crescimento, como a produção de fibras sintéticas”.

Porém, apesar da importância do segmento têxtil, os projetos de destaque dessa primeira fase são a Usina Siderúrgica de Minas Gerais (Usiminas), na área de siderurgia, e a Ishibrás, inaugurada em 1959, na construção naval. O projeto da Usiminas foi a maior proposta de cooperação da década de 1950, e que teve a “assinatura do acordo relativo à construção da usina siderúrgica em joint venture entre o Brasil e o Japão”, em junho de 1957 (HORISAKA, 1997, p.71).

O segundo momento do IDE japonês no Brasil (1964 a 1979) abrange um período de busca de dinamização da economia brasileira, que o país só conseguiu no final dos anos 1960. A primeira metade dessa década foi um período de turbulências políticas, marcada pela renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961 e pela tomada do poder pelos militares, com o marechal Castelo Branco assumindo a presidência no lugar de João Goulart em abril de 1964.

E é interessante destacar que a “primeira metade da década de 60 representou um período de retração dos investimentos japoneses no Brasil, coincidindo com o momento político conturbado e a retração da atividade econômica vividos pelo país” (TONOOKA, 1998, p.148). Demonstrando que o ambiente doméstico é um fator importante para a determinação da disposição dos investidores japoneses aplicarem ou não seus recursos no país. Naquele momento, “os japoneses tinham pouca experiência em empreendimentos no exterior e, certamente, pouca ou nenhuma em países com instabilidade política econômica” (YOKOTA, 1998, p.82).

Essa retração ocorre apesar da política econômica brasileira, pois o governo se propôs a criar um ambiente econômico atrativo ao capital estrangeiro buscando (SANTANA, 2003, p. 144). E entre os capitais estrangeiros, no governo do presidente Castelo Branco (1964-1967) havia a expectativa de recebimento de um grande fluxo de capitais americanos (investimentos e financiamentos), pois ao contrário dos dois governos anteriores que buscavam uma posição autonomia em relação aos EUA, o novo presidente buscou alinhar-se com a política externa americana focada na segurança.

Nesse período, com o objetivo de se atrair capitais estrangeiros, foi promulgada uma nova legislação sobre remessa de lucros e também benefícios aos investimentos estrangeiros, por “exemplo, a instrução 289 da Superintendência da Moeda e do Crédito do Banco do Brasil, que cria um mecanismo pelo quais as empresas estrangeiras passaram a usufruir uma faixa privilegiada de créditos a juros extremamente baixos” (SANTANA, 2003, p. 145).

Nesse período as empresas multinacionais instaladas no Brasil se beneficiavam por produzirem sob um padrão de qualidade internacional, servindo-se do *know-how* que traziam dos seus países de origem e por possuírem uma rede internacional de comercialização. Outro fato que favoreceu as empresa multinacionais foi a sua maior facilidade na obtenção de recursos no mercado internacional, em comparação com as empresas brasileiras. Isso fez com que, em diversas ocasiões, as multinacionais tivessem condições de comprar empresas nacionais.

O setor de bens duráveis - automóveis e eletrodomésticos - era visto pelo governo como o que garantiria a arrancada econômica do País, por ser “o mais avançado e mais adequado aos investimentos e controle multinacional (...) . Esperava-se que a produção de bens de consumo duráveis (...), para um mercado interno limitado mas cada vez mais rico, assegurasse as taxas de rápido crescimento industrial”³.

Em outras palavras, a política industrial adotada pelo governo brasileiro enfatizando o setor de bens de consumo duráveis "justificava" certa concentração de renda, mencionada acima. Pois, argumentava-se, essa concentração era uma necessidade para se criar e assegurar um mercado interno que consumisse os produtos deste setor, gerando um

4. Anuário Estatístico Brasileiro. 1969-1974.

crescimento econômico no país. A redistribuição da renda era reservada para um plano posterior, para o momento em que já se tivesse obtido sucesso no crescimento do país. E dentro de uma concepção do governo, de que para realização do crescimento econômico era necessária também uma concentração de renda, foi criada a bolsa de valores e multiplicaram-se os bancos de investimentos. Instituições, por meio das quais, se repassavam recursos às indústrias para que elas realizassem novas inversões.

No período 1967-1970, afirmam SCHWARTSMAN (1990) e SINGER (1972), há um crescimento da produção decorrente do aproveitamento da capacidade produtiva ociosa que se formou durante os anos de recessão (1962/67). Mas, a partir de 1970 surgem necessidades de novos investimentos que exigiam grandes quantidades de recursos. Pode-se observar pelos dados do Anuário Estatístico Brasileiro (1969-1974) que a política governamental de incentivos aos investimentos surtiu efeito, pois ocorreu uma enorme elevação de entrada de investimentos estrangeiros no Brasil. De 1968 a 1970 os valores passaram de US\$ 11,4 milhões para mais de US\$ 4,5 bilhões. Dentre esses investimentos o setor predominante foi o de bens de consumos duráveis, com alta participação também do setor de produção de bens de capital.

Analisando-se a lista de empresas japonesas que realizaram investimentos nesse segundo período (1964-1979) do IDE do Japão, apresentada por TONOOKA (1998, p.149), nota-se que há uma correlação importante com a política brasileira de atração de inversões estrangeiras.

TABELA 1
PRINCIPAIS EMPRESAS JAPONESAS INSTALADAS NO BRASIL ENTRE 1964 E 1979

SETOR	EMPRESA	ANO de INSTALAÇÃO
Alimentos	Nissin Ajinomoto	1965
	Yakult	1966
	Marubeni (Café Iguaçu)	1967
Têxtil	Nisshinbo	1972
	Daiwabo	1973
Mecânica	Yamaha	1970
	Mitsutoyo	1972
	Honda	1971
	Rinnai	1975
	NHK Springer	1976
	Elgin-Brother	1977
Elétrico- Eletrônico	Toshiba	1967
	Matsushita (Panasonic)	1967
	NEC	1968
	Sharp	1971
	Sony	1972
	Rohm	1972
	Yokogawa	1973
	TDK	1973
	Alps Electric	1973
	Furukawa	1974
	Fujikura	1974
	Fuji Denki	1975
	Kyocera (Yashica)	1975
Outros	Mitsui (Fertilizantes)	1966
	Takasago	1967
	Kyoei	1970
	Banco de Tóquio	1972
	Aoki	1972
	Yoshida (YKK)	1972
	Suntory	1973
	Cânon	1974

Fontes: JETRO (1992), Tôyôkeizai (1986, 1996), Seleções Econômicas (1986). In: TONOOKA, Eduardo. *Investimento direto japonês na década de 80: Uma análise dos seus determinantes no Brasil e no mundo*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.

De modo semelhante à ocorrência do IDE japonês no Brasil, ocorreu a retomada dos investimentos de outros países, mas de modo desproporcional e com um crescimento significativamente maior no setor de bens de consumo duráveis do que nos setores de produção de bens de capital e insumos básicos. Esse fato tornou necessário um aumento das importações de bens de capital e de insumos básicos para a manutenção das altas taxas de crescimento, a uma taxa média de 29,5% e 33,7% a.a., respectivamente, no período 1967-1973.

Em 1973 havia claros sinais de esgotamento dos fatores que permitiram as altas taxas de crescimento, tais como: pressões inflacionárias decorrentes da internacionalização da economia; escassez de mão-de-obra; elevação salarial. A esses fatores soma-se a crise do petróleo, que agravou a situação da economia brasileira. Além disso, a crença numa demonstração de fraternidade americana, por meio de novos fluxos de capitais foi frustrada. Por outro lado, no período de 1968-1973 foi um momento da história em que "a perda de espaço no que se refere ao comércio, sofrida pelos Estados Unidos em quase todos os ramos da manufatura, fez com que o sistema de filiais aparecesse como nova forma de concorrência. Passa-se a uma etapa de internacionalização geral do sistema em que a concorrência européia e a japonesa, depois de se fazer presente no âmbito do comércio, começa a agir ostensivamente no que se refere ao investimento direto" (SCHWARTSMAN, 1990, p.106)

A partir dessa situação, no Brasil o novo governo, que assume em 1974, procurou tentar resolver os problemas emergentes por meio do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento.

1.2. O Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND)

Em 1974 assumiu o governo o presidente Ernesto Geisel, momento em que a euforia do chamado milagre brasileiro já estava fortemente abalada pela crise do petróleo ocorrida em 1973. O Brasil foi atingido duramente pelo aumento de preços desse produto, pois já era um grande consumidor de petróleo e importava cerca de 80% do seu consumo interno, constituindo-se no terceiro maior importador mundial.

Como já foi mencionado, o “Milagre Econômico” se beneficiou do potencial produtivo brasileiro acumulado durante os anos de recessão 1962-1967, mas já no início da década de 1970 havia indicações do esgotamento dessa capacidade e da necessidade de novos investimentos. “O crescimento anual real do Produto Interno Bruto (PIB), que nos anos de 1962 a 1967 tinha sido de apenas 3,7% ao ano, passa a taxas de anuais médias de 11,3% entre 1968 a 1974” (SANTANA, 2003, p. 152). A situação econômica se agravava logo no início do governo Geisel, pois o país enfrentou, pelo aquecimento da demanda, uma forte pressão inflacionária, que estava sendo contida pelo rápido crescimento da produtividade e pela manutenção de baixos níveis salariais.

Além dessas dificuldades econômicas o governo enfrentava ainda problemas no campo político, como o da institucionalização da Revolução de 1964, pois "a continuidade das mudanças iniciadas em 1964, e portanto as esperanças de um Brasil seguro e poderoso dependiam de um retorno gradual e controlado a um regime constitucional também capaz de manter a ordem" (FISHLOW, 1998, p. 143).

Em 1974, tentou-se desaquecer a economia com o objetivo de conter os desajustes econômicos mencionados acima, que surgiram com o aquecimento da demanda. Contudo, já em 1975 essa política foi abandonada, pois o crescimento econômico era um elemento importante como recurso de manobras políticas para o governo. Além disso, a derrota sofrida pelo partido governista Arena nas eleições de 1974, praticamente impedia o governo de adotar medidas impopulares. Dessa forma, com medidas que objetivavam o crescimento econômico o governo conseguiu manter taxas de crescimento em níveis de 7% a.a. no período 1974-1978.

Para sustentar a política de crescimento o governo recorreu sistematicamente ao capital estrangeiro - medida criticada por FISHLOW (1988) -, que servia para saldar a balança de pagamentos e para financiar o crescimento. Foi dentro dessa política de crescimento que surgiu o II PND, que tinha como setor prioritário o da indústria de base e o setor produtor de energia, o seu objetivo era também colocar o país num nível industrial e tecnológico superior. “Aproveitando-se da abundante liquidez do mercado financeiro internacional, ..., o Brasil contraiu diversos empréstimos, aplicados num ambicioso programa de construção de hidroelétricas e usinas nucleares, prospecção de petróleo

(contratos de riscos com empresas estrangeiras) e produção de álcool” (SANTANA, 2003, p. 157)

O novo plano de expansão industrial deveria, também, favorecer as empresas privadas nacionais, capacitando-as para a participação de empreendimentos de grande porte. Nos casos em que as iniciativas privadas nacionais não fossem capazes de assumir tais empreendimentos as empresas estatais assumiriam a incumbência para isso. Isso deixava clara a discriminação com relação ao capital estrangeiro, principalmente no que diz respeito aos setores de base.

A lógica do processo de crescimento estimulado pela ação do governo, seguindo um modelo keynesiano, deveria seguir a seguinte relação: o capital estatal se expandiria pelos setores deficientes (insumos básicos e energia), criando demandas por bens de capital que estimularia a produção das indústrias de máquinas e equipamentos, estas por sua vez iriam criar uma demanda de insumos e de energia produzidas pelas estatais, formando um ciclo reprodutivo.

A proposta do II PND era de levar o processo de substituições às últimas conseqüências, como o meio de equilibrar o balanço de pagamentos, pois as importações de insumos à indústria e do petróleo em específico eram responsabilizados por tal desequilíbrio. Entretanto, aponta FISHLOW (1988), o plano do governo Geisel não obteve o sucesso esperado pois, dentre outros fatores, tal projeto de substituição de importações exigia gastos imediatos vultosos e um longo tempo de maturação, portanto, não eliminou o problema do balanço de pagamentos, pelo contrário o agravou ainda mais. A dívida externa passou de US\$ 12,6 bilhões ao final de 1973 para US\$ 43,5 bilhões ao final de 1978, um crescimento de 345%.

SCHWARTSMAN (1990), por sua vez, argumenta a favor do II PND, afirmando que os setores considerados prioritários pelo II PND (indústrias de base, energia) tiveram sucesso e para isto traz os seguintes dados:

- 1) No setor siderúrgico houve um crescimento efetivo da produção de aço que permitiu a redução do coeficiente das importações deste produto de 39,1%, em 1974, para 1% em 1983.

2) A produção de não-ferrosos também teve substancial crescimento: o coeficiente de importações de alumínio caiu de 50,4%, em 1974, para 2,3% em 1983; isto avanço foi acompanhado por um aumento do coeficiente de exportações de 1,6% para 40% no mesmo período.

3) A produção de petróleo começou a dar sinais de resultado dos esforços empreendidos a partir de 1979, quando a produção passou a crescer aceleradamente.

SCHWARTSMAN (1990, p106) aponta para uma compreensão diferente do que foi o II PND, pois para ele a tentativa do governo em responder ao desequilíbrio da produção do setor de bens duráveis de consumo em expansão e o setor de bens de capital e insumos teve resultados. E ao contrário da interpretação de FISHLOW para ele "a estratégia de 1974, portanto, não se caracterizou pela postergação do ajuste, mas pela postergação dos resultados do ajuste (grifo do autor)".

O que se percebe ao comparar as argumentações de FISHLOW (1988) e SCHWARTSMAN (1990) é que ambos trabalham nos seus textos com critérios diferentes de apreciação. O primeiro busca criticar II PND pelo fato deste plano não ter respondido as necessidades imediatas do País daquele momento, enquanto o segundo vai defender o mesmo plano através de uma argumentação que se embasa nos resultados a longo prazo. De fato, olhando-se o período de 1967 a 1980, SINGER (1982, p. 231) assinala que as exportações brasileiras totais cresceram dez vezes e as exportações de manufaturados 31 vezes, estas a uma taxa de 30,3% ao ano.

Seja qual for a interpretação mais correta, o fato é que o II PND proporcionou oportunidades para novas operações de investimentos japoneses no Brasil, com a realização de projetos de grande porte “baseados na associação entre empresas estatais brasileiras e empresas privadas japonesas, contando com o apoio oficial do governo japonês, em diversos setores da economia” (TONOOKA, 1998, 148).

A retomada do crescimento econômico do final dos anos 1960 e início dos anos 1970 serviu para despertar o interesse dos investimentos estrangeiros, incluindo os de origem alemã e japonesa. Com as condições externas e internas favoráveis ao investimento direto, houve uma ampliação do fluxo de capitais para o Brasil a partir do início da década

de 1970, com destaque para os fluxos na forma de empréstimos ou de financiamento, conforme pode ser observado na Tabela 2.

TABELA 2
EVOLUÇÃO DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL - 1956/73
(US\$ Milhões)

Anos	Saldo Transações Correntes(a)	Empréstimos Financiamentos (Líquido) (b)	Investimentos Diretos (Líquido) (c)
1956	57	+44	89
1957	-264	+77	143
1958	-248	+49	110
1959	-311	+62	124
1960	-478	+69	98
1961	-222	+252	108
1962	-389	+15	69
1963	-114	-114	30
1964	+140	-56	28
1965	+368	+59	70
1966	+54	+158	74
1967	-237	+86	76
1968	-508	+99	63
1969	-281	+530	189
1970	-562	+761	146
1971	-1307	+1187	169
1972	-1489	+3097	337
1973	-1688	+2823	977

a. O balanço de transações correntes (balanços comercial e de serviços) mostra se o país é um importador ou exportador de capitais. Mais especificamente, um déficit em conta corrente reflete uma absorção de capitais estrangeiros pelo país e um superávit o contrário.

b. Empréstimos e financiamentos de médio e longo prazo menos amortizações.

c. Investimentos diretos menos retorno do capital. A entrada de recursos tanto na coluna de empréstimos e financiamentos quanto na de investimentos diretos é registrado por sinais positivos e a saída por sinais negativos.

FONTE: Banco Central, Boletim Mensal, Vários números.

Pela Tabela 2 pode-se observar que de 1956 a 1962 houve uma superioridade dos valores de investimentos diretos sobre o de empréstimos e financiamentos. Nos anos de 1962-1963 temos um saldo negativo de empréstimos indicando que as amortizações foram superiores aos novos empréstimos. Com relação ao IDE, verifica-se uma queda brusca em

1962 e os fluxos voltam a se recuperar apenas em 1969. Contudo, a partir de 1966 o volume do fluxo de empréstimos supera o dos investimentos diretos, tornando-se a forma predominante de penetração do capital estrangeiro no País.

Uma explicação possível para este fenômeno pode ser dada pelo fato de que esses empréstimos eram efetuados em grande parte pelas multinacionais, que por meio do financiamento em moeda agilizava e garantia o retorno do capital inicial à matriz independente dos resultados econômicos. De fato, o governo não negou oportunidades e possibilidades de negócios ao capital estrangeiro na economia brasileira, pois no período de 1974-1978, pela manifestação dos desequilíbrios do processo de crescimento brasileiro, o governo tinha interesse em novos investimentos, como demonstra o lançamento do II PND.

No entanto, o governo queria, com esse plano, o desenvolvimento do empresariado nacional, particularmente nos setores pesados, considerados como prioritários pelo governo. E, embora houvesse condições favoráveis para o IDE no País, por causa da alta liquidez internacional, o governo fez dos empréstimos o principal instrumento para o seu desenvolvimento na década de 1970.

Diante desse quadro o que fez com que houvesse o incremento do IDE no Brasil nos anos 1970?

1.3. Os Investimentos Japoneses no Brasil

Analisando-se especificamente o IDE japonês no Brasil, pode-se afirmar que houve alguns fatores que corroboraram para que ocorresse o incremento no final dos anos 1960 e nos anos 1970. De acordo com TONOOKA (1998, p. 150), no Japão:

- alguns setores como o de têxteis, que tinham interesse em manter a participação no mercado brasileiro
- a dependência de recursos naturais, que era crescente à medida que a economia japonesa se expandia.
- o embargo às exportações de soja e derivados pelos Estados Unidos ocorridos no período

Essa constatação foi feita também no estudo do BNDES, ou seja, os investimentos diretos japoneses até 1970 no Brasil privilegiaram as indústrias naval, siderúrgica e têxtil.

"Na década de 1970, iniciaram-se os investimentos japoneses nos setores petroquímico, de alumínio, papel e celulose e fertilizantes, paralelamente à sua expansão no setor siderúrgico" (BNDES, 1990, p.73). Estes investimentos tinham dois objetivos: 1) garantir e desenvolver fontes de recursos naturais; 2) alcançar mão-de-obra barata.

Durante a década de 1970 os maiores fluxos de investimentos diretos no País ocorreram nos anos de 1973 a 1975, quando o Japão, castigado pelo choque do petróleo, procurou transferir para o exterior as indústrias que exigiam o uso intensivo de energia e outros recursos naturais. Isto pode ser observado na Tabela 3.

TABELA 3

Investimentos Diretos Japoneses no Brasil (1971-1980)
US\$ Milhões

Anos	Investimentos	Reinvestimentos	Total
1971	26,0	6,2	32,2
1972	72,0	2,4	74,4
1973	263,0	3,6	266,6
1974	247,2	13,0	260,2
1975	181,6	20,6	202,1
1976	149,6	18,0	167,6
1977	155,8	20,9	176,7
1978	131,1	23,7	154,8
1979	137,3	20,3	157,6
1980	75,3	14,1	89,4
Total	1.438,9	142,7	1.581,6

FONTE: Boletim Mensal BACEN, Separata Abril/81

Obs.: - Inclui investimentos em Bolsa (DL 1401) e investimentos incentivados (Res. 480, de 20.06.78)

Moedas convertidas em US\$ a paridades vigentes em 31.12.80.

Posição com base nos registros expedidos pelo FIRCE até 31.12.80

Nesse período houve uma participação muito grande dos investimentos japoneses por meio de *joint-venture*, principalmente na siderurgia e no complexo petroquímico. Esta característica os diferencia dos investimentos diretos americanos, que muitas vezes realizavam seus empreendimentos adquirindo empresas nacionais.

Para o Brasil foi positivo, pois:

- o Japão se tornou o principal comprador dos recursos extraídos e processados pelos empreendimentos relacionados à soja;
- o capital e a tecnologia japoneses surgiram como uma alternativa aos Estados Unidos
- as empresas japonesas concordavam em manter posições minoritárias no capital das empresas a serem constituídas
- as empresas japonesas não viam como um problema a negociação com órgãos e empresas estatais no Brasil.

Alem desses fatores, há outros apontados, por exemplo, por AMORIM (1991) que foi a instalação da Zona Franca de Manaus, em 1967, como um fator que beneficiou a iniciativa japonesa, pois nesse local as empresas tinham isenção de impostos sobre a importação e sobre os produtos industrializados. O acordo Brasil-Japão que regulamentou a taxa sobre os investimentos japoneses evitando a bitributação, assinado em 1967 e que entrou em vigor a partir de janeiro de 1968, foi outro fator que contribuiu para a vinda do capital japonês ao País.

O resultado da influência desses fatores se concretizou nos anos 1970, conforme pode ser constatado na publicação *Brasil Financeiro 1973-74: Bancos, Bolsas, Seguros 1973/74* (s.d.) "(...) as estatísticas do Banco Central comprovam as tendências do momento. Os investimentos diretos japoneses, que em 1971 correspondiam a apenas 4,3% do total, registraram uma expansão de nada menos que 55% em 1972 (US\$ 67,8 milhões de novos investimentos e reinvestimentos) alcançando a participação de 5,7% no saldo acumulado de capital estrangeiro registrado no BC. Em comparação com os 37,4% dos Estados Unidos, (...) a participação japonesa ainda é pequena. Mas a sua taxa de crescimento no ano passado indica que ela tende a assumir um lugar bastante destacado, em futuro próximo".

2. O IDE japonês no Brasil nas décadas de 1980 e 1990

Nos anos 1980, a economia brasileira entra em um período de crise, de fato já em meados de 1979, com o segundo choque de petróleo, que duplicou os preços do produto, o Brasil sofreu uma forte deterioração nas suas relações de comércio exterior. Paralelamente, os países desenvolvidos passavam por uma nova fase de recessão econômica. Portanto, ao

contrário dos quase quinze anos anteriores, o Brasil passou a apresentar no início dos anos 1980, um quadro econômico que não era promissor. E esse quadro foi agravado com a elevação da taxa de juros internacionais em 1981, pois o Brasil naquele momento possuía um volume significativo de dívida externa que ficou mais cara com o aumento dos juros.

Diante desse quadro, para os investidores japoneses que, como foi assinalado acima, tem um interesse maior por países estáveis, passaram a se sentirem desestimulados para novas operações. Esse cenário foi se agravando com a ampliação da crise econômica no país, refletidas na instabilidade cambial e altas taxas de inflação. De fato, a menor atratividade brasileira ao capital japonês pode ser generalizada para os de outros países.

Já na década de 1990, principalmente na segunda metade, os fluxos de IDE ao Brasil aumentaram impulsionados pelas privatizações de empresas estatais e concessões de serviços públicos. Os capitais direcionados para essas operações representaram cerca de um quarto do valor total dos fluxos entre 1996 e 1999. “Dos US\$ 72 bilhões arrecadados até 1999 com as privatizações, 44% corresponderam à participação externa, sobretudo de empresas norte-americanas (15,4%), espanholas (11,3%) e portuguesas (6,8%). A presença de empresas japonesas no processo limitou-se a algumas participações minoritárias no setor de telefonia móvel, representando apenas 0,4% do valor total das privatizações” (TONOOKA, 1998).

A baixa participação japonesa, praticamente inexistente, nas privatizações reduziu significativamente a importância do IDE japonês no total do IDE recebido pelo Brasil. Segundo o Censo de Capitais Estrangeiros de 2000, realizado pelo Banco Central, o país aumentou em duas vezes e meia o estoque de IDE em relação a 1995, subindo de US\$ 41,695 bilhões para US\$ 103,014 bilhões. Mas o estoque de IDE japonês passou de US\$ 2,641 bilhões em 1995 para US\$ 2,510 bilhões em 2000. “O país perdeu posição em relação a outros investidores, deixando de ser o 4º maior investidor no Brasil para ser o 9º, com uma participação de apenas 2,4% no total de IDE (frente aos 6,3%), descontados os paraísos fiscais” (SILVA, 2006, p.19). Essa queda nos fluxos de capital japonês para o Brasil reflete um perfil geral do IDE do Japão nessa década.

Entre os fatores que contribuíram para essa redução está a crise econômica japonesa que persistiu durante toda a década de 1990, após o estouro da bolha econômica em 1991.

Essa crise enfraqueceu o sistema financeiro e debilitou capacidade dos bancos auxiliarem as empresas japonesas na realização de investimentos no exterior. Um segundo fator importante, foi o de que as privatizações ocorreram principalmente no setor de serviços, no qual as empresas japonesas não tinham tradição nem familiaridade para atuar no Brasil.

3. Perspectivas para a relação Brasil-Japão

A questão que se coloca nesta seção é saber se houve iniciativas brasileiras que foram capazes de efetivamente atrair investimentos japoneses ao País e quais iniciativas podem contribuir para intensificar a relação nipo-brasileira.

No período do milagre econômico houve um incremento dos investimentos japoneses no Brasil, que durante algum tempo estiveram tímidas, por causa da instabilidade que a economia brasileira apresentava desde o esgotamento do modelo de crescimento adotado no Plano de Metas (AMORIM, 1991, p. 95). Naquele momento, a retomada do crescimento econômico do país apareceu como um fator importante, pois o Japão assim como outros países desejavam segurança em seus investimentos.

Houve também algumas iniciativas do governo brasileiro que ao buscarem apoiar as empresas multinacionais proporcionaram incentivos aos investimentos japoneses, como por exemplo o estabelecimento da Zona Franca de Manaus, em 1967.

Mas, obviamente, é necessário considerar que os novos IDEs japoneses dirigiram-se ao Brasil por importantes interesses japoneses. Por exemplo, na primeira fase basicamente para os setores já tradicionalmente ocupados voltados para o setor têxtil e comercial. Os investimentos no setor têxtil procuravam assegurar o suprimento de algodão às empresas, pois havia no Japão quotas para sua importação.

Com relação aos empreendimentos comerciais, incluindo a formação de *trading companies* era uma característica dos investimentos japoneses que se enquadrava dentro de uma estratégia global. O Japão buscava estruturar uma rede comercial que permitisse o escoamento das suas exportações e a garantia do suprimento de matérias-primas e insumos.

Pode-se deduzir também que o incremento do IDE japonês no período do milagre econômico foi decorrente, de forma importante, das condições favoráveis no Japão - superávits do seu balanço de transações correntes - que possibilitou as empresas executarem

esforços no exterior e porque, no mercado brasileiro, sem essas ações haveria uma significativa perda de competitividade.

No período seguinte, referente ao II PND, pode-se verificar que o maior fluxo de investimentos japoneses coincidiu com o momento em que o governo promovia o II PND, momento em que havia grande ênfase no desenvolvimento das indústrias de base e de produção de insumos. Nesse período se constata uma outra convergência entre a política brasileira e os interesses dos IDEs japoneses, pois eles foram direcionados justamente as áreas de produção priorizadas pelo II PND.

Segundo os objetivos do governo, o II PND deveria beneficiar as empresas nacionais de maneira a permitir uma ampliação de sua participação em empreendimentos de grande escala, tendo a possibilidade do capital estatal assumir esse papel quando o setor privado nacional não fosse capaz. Disto FISHLOW (1998, p. 152) conclui que havia uma “discriminação do capital externo, concentrada nos setores de base, (...) em conformidade com a doutrina de segurança nacional dos militares (...)”. Deve ficar claro, entretanto, que isto não impossibilitava a atuação de capitais estrangeiros nesses setores considerados prioritários pelo governo. É justamente nesse espaço que ocorreram os investimentos japoneses no período do II PND, como é indicado no estudo realizado pelo BNDES, (1990, p. 73). Os investimentos japoneses durante a década de 70 priorizaram os setores petroquímico, siderúrgico, de alumínio, de papel e celulose e de fertilizantes, isto mostra portanto que tais empreendimentos não foram resultados de políticas de incentivo dadas pelo Brasil, ou pelo menos não diretamente.

Analisando esses períodos do relacionamento Brasil-Japão, no que diz respeito especificamente aos investimentos diretos japoneses no País, verifica-se portanto que as iniciativas foram tomadas pelo lado nipônico. Isto fica mais claro ao se notar que a estratégia adotada pelo Japão com relação aos investimentos diretos, diferentemente da adotada pelos EUA, estava “centrada em áreas vitais a sua economia (exceção é o ramo de têxteis), principalmente na indústria de transformação, onde a Siderurgia e Metalurgia se destacam” (AMORIM, 1991, p. 110).

Outro fator que contribui para afirmar que os investimentos japoneses estiveram relacionados muito mais com as suas próprias necessidades do que com os incentivos

brasileiros, é o fato de que na estratégia japonesa houve investimentos que visavam manter o mercado interno e outros que tinham como foco o mercado japonês, como é o caso da soja e da siderurgia. Portanto, o fato dos IDEs terem ocorrido no Brasil nos períodos mencionados pode ser explicado pelo interesse japonês em aproveitar os benefícios que as circunstâncias conjunturais que lhe oferecia para realizar seus objetivos maiores.

Portanto, pensando-se em um incremento dos IDE japonês no Brasil alguns fatores que devem ser considerados são: a) dimensões do mercado brasileiro para os produtos japoneses; b) competitividade da produção brasileira no mercado internacional, que possibilite a exportação da produção realizada no Brasil; d) estabilidade política e econômica no Brasil; e) saúde econômica das empresas japonesas. Desses elementos, alguns permitem uma projeção otimista com relação a uma ampliação do IDE japonês no Brasil, pois ambos os países estão com perspectivas de crescimentos econômicos.

Além disso, a vinda do Primeiro-Ministro do Japão, Junichiro Koizumi, em visita oficial ao país no período de 14 a 16 de setembro de 2004, e a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Japão nos dias 26 a 28 de maio de 2005, foram importantes para sinalizar o interesse mútuo pela renovação do relacionamento Brasil-Japão. As visitas anteriores haviam acontecido em 1996 e, portanto, já havia se passado oito anos desde a última visita do primeiro-ministro japonês, Ryutaro Hashimoto, ao país e nove anos da visita do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Japão.

Coincidentemente, depois dessa troca de visitas reverteu-se a tendência de queda no fluxo comercial total entre os dois países, que vinha se mantendo desde meados da década de 1990. Em 1995, o fluxo total de comércio Brasil-Japão atingiu cerca de US\$ 6,4 bilhões e nos últimos anos dessa década e nos primeiros do século XXI ficaram abaixo desse montante. Somente em 2005, os valores do comércio total chegaram a US\$ 6,8 bilhões, refletindo um revigoração significativo das exportações brasileiras ao Japão, que cresceram mais de 65% de 2002 para 2005.

O dado interessante desse crescimento das exportações brasileiras ao Japão é que ele coincide com a retomada do crescimento japonês, que marca um recorde histórico de período contínuo de crescimento econômico. Esse período iniciou-se em fevereiro de 2002 e em novembro de 2006 tornou-se o primeiro maior período de contínuo crescimento da

história do Japão do segundo pós-guerra, superando o, agora, segundo período mais extenso de crescimento econômico que ocorreu de outubro de 1965 a julho de 1970, totalizando 57 meses e chamado de “Izanagi Boom”.

Esse fato corrobora com a hipótese de que as perspectivas de manutenção de crescimento econômico nos dois países poderão favorecer um novo adensamento das relações bilaterais. E o crescimento do mercado brasileiro a produtos japoneses é também um fato interessante para que haja estímulo a novos IDEs do Japão no Brasil.

Nos últimos anos a economia brasileira, também tem demonstrado sinais positivos, ainda que com um crescimento bastante modesto, principalmente se comparado com outras economias emergentes membros do grupo do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). A estabilidade econômica tem propiciado maior interesse de investidores internacionais, inclusive de empresas japonesas.

TABELA 4
FLUXOS DE INVESTIMENTOS DIRETOS JAPONESES

Ano	Investimentos Totais no Brasil (US\$ Milhões)	Investimentos Japoneses (US\$ Milhões)	% do Total
1990	988,8	121,8	12,3%
1991	1.102,2	214,1	19,4%
1992	2.061,0	69,4	3,4%
1993	1.290,9	25,6	2,0%
1994	2.149,9	83,5	3,9%
1995	4.405,1	40,9	0,9%
1996	10.791,7	192,2	1,8%
1997	18.992,9	342,1	1,8%
1998	28.855,6	277,8	1,0%
1999	28.578,4	274,3	1,0%
2000	32.779,2	384,7	1,2%
2001	22.457,4	826,6	3,7%
2002	16.590,2	504,5	3,0%
2003	10.143,5	1.368,3	13,5%
2004	20.264,6	243,2	1,2%
2005	21.637,8	779,1	3,6%
2006 (Jan-Nov)	18.769,8	528,5	2,8%

Fonte: Banco Central. Elaboração do autor.

Os dados da Tabela 4 mostram que nos últimos anos, particularmente a partir de 2000 os investimentos japoneses mostram sinais de que possam estar se revigorando. Ainda não é possível uma afirmação taxativa, mas as expectativas são positivas.

É certo que muito da atenção dos investidores japoneses está voltada para os países asiáticos, até porque não são os únicos. O mundo está com os olhos voltados para o que acontece nas economias dessa região. Contudo, pela ampliação do fluxo de IDE japonês nos últimos anos ao país (Tabela 4), pode-se afirmar que apesar da atenção estar voltada para a Ásia, os japoneses estão olhando o Brasil pelo canto dos olhos.

Com isso, caso as condições econômicas brasileiras do propalado potencial econômico se reverta em energia cinética (de movimento), dinamizando o crescimento, é muito provável que as relações Brasil-Japão se revigorem com maior velocidade.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro, VOZES, 1987.
- AMORIM, Wellington Dantas. *Contraste e Contato: Aspectos do Relacionamento Econômico entre Brasil e Japão*. Tese (Mestrado em Relações Internacionais). Brasília, UNB, 1991.
- BNDES (Banco de Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). *Investimento Direto Japonês no Exterior: Tendências Globais e Perspectivas para o Brasil*. Brasília. BNDES, 1990.
- BOUGEARD, Robert; RIBEIRO, Benedito & BARROS, Elizabeth. "Japão" p.1295-1333. In: *O capital estrangeiro no Brasil: quem controla o que*. São Paulo. BANAS, 1961.
- BRESSER-PEREIRA Luiz Carlos. "Seis Interpretações Sobre O Brasil". *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 5(3) 1982: 269-306. <http://www.bresserpereira.org.br/papers/1982/82-SeisInterpretacoes.p.pg.pdf>. Acesso em 20/dez/06
- CUTINI, João Carlos. *Impacto do investimento direto estrangeiro total no Brasil*. Tese (Mestrado em Administração). Brasília: ESAF, 1981.
- Evolução do capital estrangeiro de risco registrado no Banco Central por país investidor nos anos de 1969 a 1974*. São Paulo: FIESP/CIESP. 1976.
- FARMER, Edward M. "Latin America in Japan's foreign aid program". *The Pacific Review* 3(4), 1990. p.325-334.
- FISHLOW, Albert. "Uma história de dois presidentes: a economia política da gestão da crise". p.137-198. In: _____. *Democratizando o Brasil*. Alfred Stephan. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.
- HIGUCHI, Naoto. *Brazilian Migration To Japan Trends, Modalities And Impact*. 27 February 2006. Disponível em: http://www.un.org/esa/population/publications/IttMigLAC/P11_Higuchi.pdf. Acesso em 24/dez/06.
- HORISAKA, Kotaro. "Alvorada das relações econômicas nipo-brasileiras". In: YOKOTA, Paulo. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997
- "Investimentos estrangeiros: posição, segundo o BC". In: *Brasil financeiro 1973-74: bancos, bolsas, seguros*. São Paulo. BANAS. s.d. p.38-44.
- NAKASUMI, Tetsuo & YAMASHIRO, José. "Fim da Imigração e Consolidação da Nova Colônia Nikkei." pp.381-458. In: *Uma Epopéia Moderna: 80 Anos Da Imigração Japonesa no Brasil*. (Comissão de Elaboração da História dos 80 Anos da Imigração Japonesa no Brasil). São Paulo: Hucitec/Sociedade Brasileira de Cultura Japonesa, 1992.
- ROCHA, Fabiana Fontes. *A reorientação dos fluxos internacionais de capital e o investimento direto no Brasil*. Tese (Mestrado em Economia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1989.

- SANTANA, Ivo de. "O despertar empresarial brasileiro para o mercado africano nas décadas de 70 a 90". *Contexto Internacional*, Vol. 25 (1), 2003. p.139-195
- SCHWARTZMAN, Alexandre. *Auge e declínio do Leviathan: mudança estrutural e crise na economia brasileira*. Tese (Mestrado em Economia). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1990.
- SILVA, Luciana Acioly. O perfil do investimento japonês no Brasil (1990-2005). Brasília: IPEA. 2006.
- SINGER, Paul Israel. "Interpretação do Brasil: uma experiência histórica de desenvolvimento". In: HOLANDA, Sergio B.; FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, DIFEL. Pp. 213-245.
- SINGER, Paul Israel. *O "Milagre Brasileiro" Causas e Conseqüências*. Cadernos CEBRAP, número 6. São Paulo: CEBRAP, 1972..
- SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- TONOOKA, Eduardo. *Investimento direto japonês na década de 80: Uma análise dos seus determinantes no Brasil e no mundo*. Tese (Doutorado em Economia) - Faculdade de Economia Administração e Contabilidade. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998.
- YOON, Yong-Kwan. "The political economy of transition: Japanese foreign direct investment in the 1980". *World Politics* 43(1), 1990 p.1-27.
- YOKOTA, Paulo. *Fragmentos sobre as relações nipo-brasileiras no pós-guerra*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997